

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM JURÍDICO Nº 72

Julho - 2015

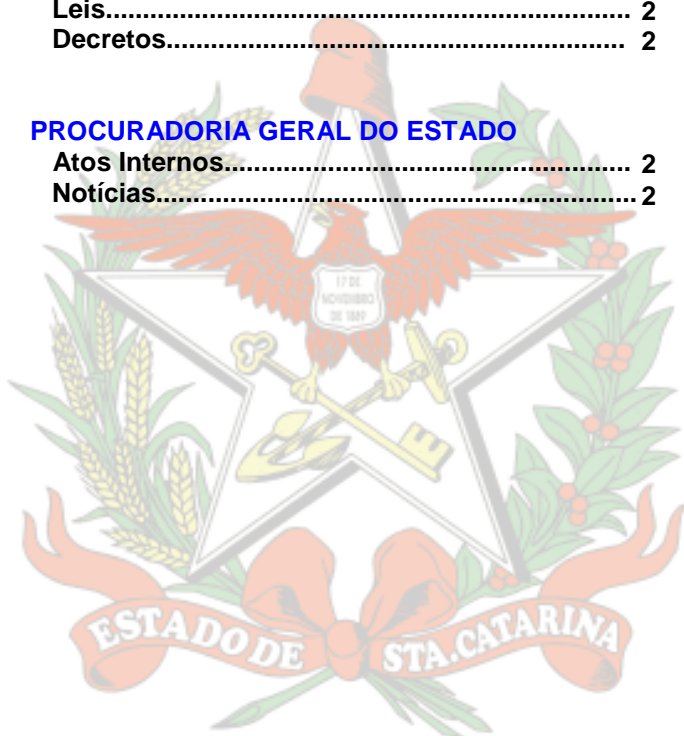
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atos Internos.....	2
Notícias.....	2



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Ricardo Della Giustina

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 645, de 3 de junho de 2015**

Altera o art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 646, de 3 de junho de 2015

Cria cargos de Analista Técnico e Técnico Administrativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 16.641, de 15 de junho de 2015

Assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos estaduais de energia elétrica, água e gás, confeccionadas no sistema braile.

LEI Nº 16.645, de 24 de junho de 2015

Institui a Campanha Setembro Verde, no Estado de Santa Catarina.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 200, de 25 de junho de 2015

Autoriza o repasse de recursos financeiros pelo Poder Executivo à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC), para atendimento emergencial de atividades empresariais em Municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em abril de 2015, e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 220, de 17 de junho de 2015**

Dispõe sobre a estruturação, organização, implantação e operacionalização do Sistema de Gestão de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica.

DECRETO Nº 229, de 23 de junho de 2015

Altera dispositivo do Decreto nº 80, de 2011, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 233, de 24 de junho de 2015

Institui o Programa Catarinense de Energias Limpas (Programa SC+ENERGIA) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 237, de 25 de junho de 2015

Regulamenta a Lei nº 16.398, de 2014, que assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência de assistência técnica no Município.

cargo ocupado pelo servidor e é compatível com suas atribuições e área de atuação. Direito assegurado no artigo 17 da Lei Complementar no 323/2006.

PARECER Nº 221/2015

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde

Autor: Célia Iraci da Cunha

Ementa: requerimento de aplicação do fator de conversão de tempo especial de servidores homens de 1.4, no âmbito da Secretaria de Estado de Santa Catarina. Aplicação do art. 57 da lei federal n. 8.213/91 e do art. 70 do Decreto executivo federal n. 3.048. Orientação do STJ no RE 1.151.363/MG. Deferimento.

PARECER Nº 226/2015

Autor: Célia Iraci da Cunha

Origem: Secretaria de Estado da Saúde

Ementa: Contratos de prestação de serviços hospitalares e demais serviços de assistência à saúde de natureza privada cuja contratada é a administração direta do Estado de Santa Catarina. Exercício de atividade econômica sem observância do artigo 173 da Constituição da República. Inviabilidade jurídica. Recomendação de busca por soluções que possibilitem o ressarcimento do erário pela prestação de serviços de saúde aos usuários de planos privados de saúde e/ou a descentralização ou desestatização desses serviços.

NOTÍCIAS**Encontro de trabalho dos procuradores do Estado na Capital**

Cerca de 90 procuradores do Estado participaram da reunião de trabalho promovida pela Procuradoria Geral do Estado, nos dias 28 e 29 de junho, na Capital.

O procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, abriu o evento fazendo um breve balanço das atividades da instituição em 2015. Entre as inovações, ressaltou a cobrança dos devedores do Estado através do protesto em cartório.

A subprocuradora-geral Administrativo, Rejane Bertoli, mostrou o esforço da PGE para aprimorar a estrutura da instituição. Entre elas, as novas instalações nas procuradorias regionais de Lages, Jaraguá do Sul e Joinville.

No final da manhã, representantes da Softplan apresentaram o novo módulo do PGE.Net, denominado Workflow. Eles detalharam o funcionamento e os procedimentos para o uso adequado da ferramenta digital de gestão de processos judiciais.

No início da tarde, o chefe da Procuradoria Fiscal, Juliano Dossena, descreveu o projeto de expansão do protesto em cartório, iniciativa que busca aumentar a arrecadação do Estado. Nesse momento, os procuradores tiveram a oportunidade de tirar as dúvidas sobre os procedimentos para efetivar essa cobrança dos devedores.

Logo depois, foram tratados assuntos internos relacionados à Procuradoria do Contencioso, com o procurador-chefe Marcelo Mendes, que expôs decisões judiciais recentes, de tribunais superiores, sobre benefícios dos servidores públicos estaduais.

No segundo dia do encontro foi realizado o seminário "Novo Código de Processo Civil - A Fazenda Pública em Juízo". O evento reuniu procuradores e advogados da União para tratar das regras que devem entrar em vigor em março de 2016.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**ATOS INTERNOS****PARECER Nº 219/2015**

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde

Ementa: Adicional de pós-graduação. Curso ministrado por Instituição de Ensino Superior (Universidade do Estado de São Paulo - USP), que revela afinidade com a natureza do